



A TERRITORIALIDADE DOS JENIPAPO-KANINDÉ NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE

LA TERRITORIALIDAD DE LOS JENIPAPO-KANINDÉ EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE

Denise Cristina Bomtempo – UEC – Fortaleza – Ceará – Brasil
denise.bomtempo@uece.br

Ilana Maria Braga Soares – UEC – Fortaleza – Ceará – Brasil
ilanabraga57@gmail.com

RESUMO

A finalidade deste trabalho é apresentar a territorialidade dos Jenipapo-Kanindé, da Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza/CE. Para tanto, fizeram-se necessários os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; leitura e interpretação de dados secundários; organização de cartogramas e tabelas, bem como realização de trabalhos de campo que contou com observação da paisagem e entrevista com integrantes da comunidade indígena investigada. Tivemos como resultado a identificação da territorialidade, salientando a organização territorial, o perfil populacional, o sistema de ensino, o perfil e distribuição das moradias, as áreas de lazer, as associações e a estruturação econômica dos Jenipapo-Kanindé. Diante do apresentado, concluímos que a territorialidade da população investigada se constitui com base num crescimento populacional positivo e numa formação grupal pautada na produção de uma economia agrícola coletiva e num sistema de ensino que possibilita o fortalecimento da identidade indígena. Constatamos ainda a existência de uma organização habitacional aos padrões urbanos coexistindo com rugosidades em relação ao padrão das construções. Verificamos também as territorialidades por meio da atuação das associações, enquanto espaços de convivência e lugar em que se faz presente o protagonismo da mulher indígena. Por fim, constatamos a existência de uma Geografia dos povos originários diversa, protagonista e resistente frente à ação dos agentes hegemônicos.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Jenipapo-Kanindé.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar la territorialidad de los Jenipapo-Kanindé, de la Tierra Indígena Lagoa da Encantada, ubicada en la Región Metropolitana de Fortaleza/CE. Para ello fueron necesarios los siguientes procedimientos metodológicos: levantamiento bibliográfico; lectura e interpretación de datos secundarios; organización de cartogramas y tablas, así como trabajo de campo. El resultado fue la identificación de la territorialidad,

ênfatizando la organizaci3n territorial, el perfil de la poblaci3n, el sistema educativo, el perfil y distribuci3n de la vivienda, los espacios de esparcimiento, el asociacionismo y la estructuraci3n econ3mica. Por lo anterior, concluimos que la territorialidad de la poblaci3n investigada se fundamenta em um crescimento poblacional positivo y em uma formaci3n grupal basada em la producci3n de una economía agrícol a colectiva y um sistema de ensenanza que possibilita el fortalecimiento de la identidad indígena. Tambi3n encontramos la existencia de una organizaci3n habitacional a est3ndares urbanos coexistiendo com asperezas em relaci3n al est3ndar de construcciones. Tambi3n verificamos las territorialidades a trav3s del accionar de las asociaciones, como espacios de convivencia y lugar donde est3 presente el protagonismo de la mujer indígena. Finalmente, encontramos la existencia de una geografía diversa de pueblos originarios, protagonista y resistente a la acci3n de los agentes hegem3nicos.

Palabras-clave: Territorio; Territorialidad; Jenipapo-Kanind3.

INTRODUÇ3O

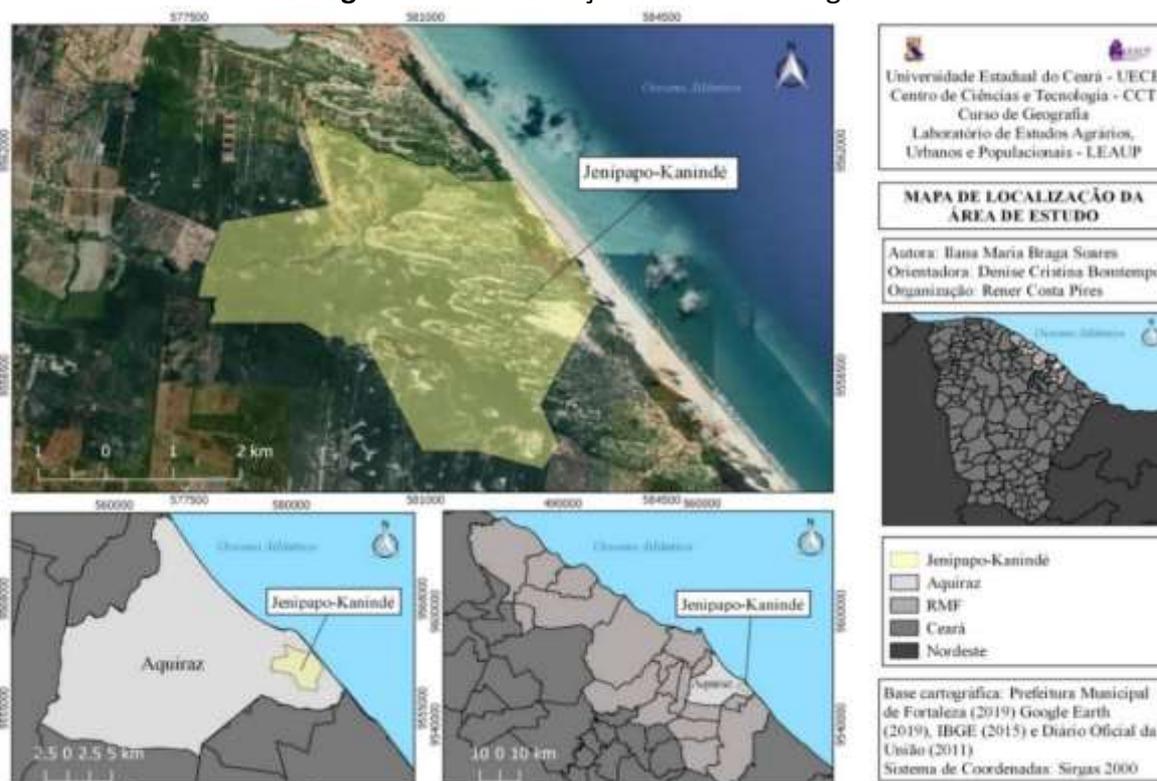
O Cear3 tem sua hist3ria marcada por conflitos motivados pela tentativa de ocupaç3o e exploraç3o de seu territ3rio por agentes econ3micos externos. Ao levar em consideraç3o que o territ3rio se constr3i por e a partir relaç3es de poder, buscamos explicar a exist3ncia e a formaç3o das territorialidades de uma populaç3o indígena localizada na Regi3o Metropolitana de Fortaleza, situada em uma 3rea privilegiada para exploraç3o de agentes econ3micos vinculados 3s atividades industriais e turísticas. Atualmente, a populaç3o indígena estudada, identifica-se enquanto os Jenipapo-Kanind3, localizados na Terra Indígena Lagoa da Encantada, no munic3pio de Aquiraz/CE. Este grupo 3 origin3rio de uma regi3o de fronteira situada entre Apodi no Rio Grande do Norte, Jaguaribe e Chor3, no Cear3, mas que migrou, ainda no s3culo XVIII, para Aquiraz. Portanto, reconhecem na trajet3ria a migraç3o como perspectiva de continuidade do respectivo grupo.

3 v3lido ressaltar que as discuss3es propostas 3 uma maneira de explicar como a Geografia pode fazer a leitura de um territ3rio a partir dos sujeitos e das relaç3es sociais de poder tecidas a partir da escala de viv3ncia do grupo investigado. Diante do exposto, o objetivo principal do trabalho foi explicar a formaç3o das territorialidades dos Jenipapo-Kanind3 na Regi3o Metropolitana de Fortaleza, especificamente no munic3pio de Aquiraz a partir da Terra Indígena Lagoa Encantada.

Para tanto, fez-se necess3rio uma interpretaç3o do conceito de territ3rio como norteador para a leitura do objeto, compreendendo a partir disso as territorialidades,

bem como os principais agentes econômicos envolvidos no território de conflito – sendo eles a indústria e o turismo – que tendem à expansão e à utilização de novas áreas para uso e apropriação, e a população Jenipapo-Kanindé – que luta para continuar a construção do território indígena com autonomia. No Cartograma 1, podemos verificar a localização da área de estudo na RMF.

Cartograma 1 – Localização da área investigada



Fonte: Diário Oficial da União (DOU) / Adaptado pelas autoras.

Ainda em relação à metodologia utilizada para leitura do objeto, realizamos levantamento bibliográfico, estatístico, documental e jornalístico a partir de temas e conceitos selecionados. O trabalho de campo contribuiu para identificar as territorialidades por meio da observação, escuta e diálogo com a população. Todos os procedimentos realizados (dados coletados, registros fotográficos e entrevistas gravadas) contribuíram para que os resultados fossem sistematizados. Para este texto, selecionamos as principais informações vinculadas às territorialidades para serem apresentadas enquanto síntese da investigação.

No intuito de tornar público os resultados alcançados, este texto está organizado em três partes mais esta introdução – na qual apresentamos o caminho percorrido para

alcançar os objetivos. Na primeira parte dissertamos a respeito dos conceitos de território e territorialidade, a fim de entender os povos Indígenas inseridos no território. Na segunda parte foi evidenciado a territorialidade dos Jenipapo-Kanindé, por meio da moradia, do lazer, das manifestações culturais, dos espaços de aprendizagem e trabalho. Por fim, na terceira parte apresentamos os resultados que evidenciam uma territorialidade manifestada enquanto uma forma de resistência, situada em uma área propícia à ação do capital.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: CAMINHOS PARA LEITURA DA POPULAÇÃO INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE

A leitura do território e das territorialidades é complexa dada a multiplicidade de interpretações. Na Geografia, o território no sentido clássico e renovado é caracterizado pela perspectiva de poder – seja na interpretação enquanto área, sinônimo de terra, espaço físico, seja por meio dos territórios que são formados por bases materiais e imateriais, por conexões, inter-relações e redes, por grupos residentes ou em situação de mobilidade em múltiplas escalas. Ainda, o território numa perspectiva renovada, de acordo com Haesbaert (2010) pode ser organizado e delimitado por relações dialéticas interacionais que se fazem no movimento ou na permanência de sujeitos e grupos que se aproximam por ideais que podem ser diversos, tais como as identidades construídas e resgatadas pelos grupos originários, a exemplo dos Jenipapo-Kanindé investigado.

Ainda em continuidade à discussão de território Souza (1995, p. 79) considera que “[...] é essencialmente um instrumento de exercício de poder”. Por sua vez, Raffestin (1993) afirma que este conceito é relacional, ou seja, tratado por e a partir de relações de poder, e, além disso, ainda em conformidade com o autor “[...] o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço” (p. 8).

A concepção de Raffestin (1993) também contribui para leitura da realidade indígena na Região Metropolitana de Fortaleza, uma vez que o território “[...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (p. 58). Tais relações são exercidas por grupos

sociais reconhecidos nesta pesquisa como povos originários, descritos enquanto os Jenipapo-Kanindé.

Tendo isso em vista, consideramos o território um conceito insigne na compreensão de como se deu a formação da territorialidade de uma população indígena na RMF, uma vez que para Sposito e Saquet (2008, p. 19) “[...] a territorialidade, corresponde à face vivida do poder e do território”, enquanto Andrade (1995) concebe as territorialidades como “[...] o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território” (p. 20).

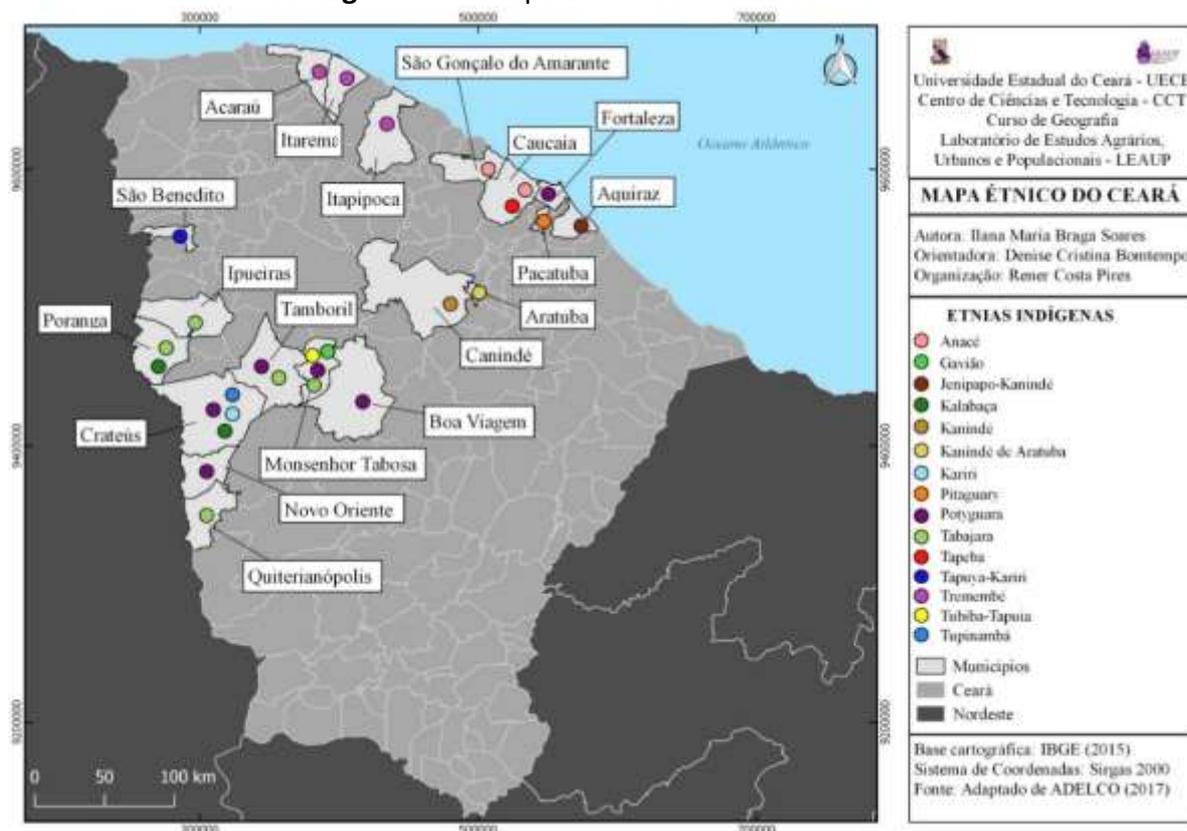
As territorialidades se referem às formas nos quais um grupo social constrói as suas relações no território, desse modo, ao entender as formas de existências dos Jenipapo-Kanindé, compreendendo a sua economia, a população, a localização frente aos agentes econômicos que estabelecem conflitos, é fundamental entender o que se estuda, ou seja, “[...] este caminho, a priori delineado, leva em consideração a diversidade de formas, funções, processos, interações e agentes que definem as mudanças e permanências do uso do território no tempo histórico” (BOMTEMPO, 2011, p. 48).

Ao entender o significado de territorialidade, podemos contextualizar o território que abordamos e como este é permeado de territorialidades. O Ceará, estado no qual pode ser considerado eminentemente indígena, teve seu percurso histórico marcado pela negação da existência dos povos originários, fato esse que se faz presente desde 1863 por meio da redação do Relatório Provincial do Ceará de que nega efetivamente a presença da população indígena no Estado, como também assevera Ratts (1998) “[...] o senso comum prega a extinção dos índios e negros no Ceará, já que a presença dessa população foi intensamente reiterada como uma tradição regional que parece se perder no tempo” (p. 110-111).

Essa lógica fundamenta a ação de grupos hegemônicos que tentam se apropriar de terras indígenas para fins de lucratividade, gerando assim inúmeros conflitos entre esses agentes e a população indígena que ocupa e usa a terra de maneira coletiva com vistas à construção ou continuidade identitária – espacial – social.

Atualmente, o Ceará segundo o SISA/DSEI possui cerca de 15 etnias catalogadas em dados coletados na FUNAI. Conforme o Cartograma 2, a espacialização dos indígenas por etnia em território cearense, possui a seguinte configuração: Caucaia - Anacé e Tapeba; Fortaleza - Potyguara; Pacatuba: Pitaguary; Aquiraz: Jenipapo-Kanindé; Aratuba: Kanindé; Canindé - Kanindé da Gameleira; Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem - Tupiba Tapuia, Tabajara, Potyguara e Gavião; Crateús - Kalabaça, Kariri, Potyguara, Tabajara e Tupinambá; Novo Oriente - Potyguara; Quiterianópolis - Tabajara; Poranga - Kalabaça e Tabajara; Ipueiras - Tabajara; São Benedito - Tapuya-Kariri; Acaraú, Itarema e Itapipoca - Tremembé; São Gonçalo do Amarante - Anacé.

Cartograma 2 – Mapa étnico do estado do Ceará



Fonte: Adaptado de ADELCO (2017) / Adaptado pelas Autoras.

Por meio do Cartograma 2 é possível notar a presença indígena no Ceará, concentra-se principalmente no Litoral, Sertão Central (no Centro) e Sertão dos Inhamus (região Centro Oeste). No litoral, os conflitos territoriais mais expressivos ocorrem entre indígenas e agentes do agronegócio - principalmente no que se refere ao perímetro irrigado nos aldeamentos dos povos Tremembé, na RMF; a não demarcação de terras

dos povos Anacé e Tapeba; a revisão das terras e a especulada diminuição da TI dos Pitaguary; os conflitos que envolvem os agentes vinculados ao turismo e à indústria, na qual estão diretamente vinculados o povo Jenipapo-Kanindé.

Cabe desse modo, o destaque para a demarcação de terras indígenas no Ceará. Como noticiado em 2017, à demarcação das TIs continua distante do ideal, estando apenas uma TI demarcada, sendo ela, a Terra Indígena Córrego do João Pereira localizada em parte dos municípios de Itarema e Acaraú. Sua área de 3.141 hectares possui cinco aldeias: Cajazeiras, Capim-Açu, São José, Telhas e Queimadas¹.

Como corrobora, a partir disso, a Liderança Indígena,

Nossa terra foi demarcada, mas não foi concluído todo o processo, mas também não é por causa disso que iremos deixar de dar apoio aos nossos parentes de outras terras indígenas que ainda nem foram estudadas pela FUNAI, a luta pela terra aqui, não é só pela demarcação para nossos povos não, é pra demarcação de todos (Liderança Indígena, E. A, Jenipapo-Kanindé)².

A propósito desse processo de demarcação, citado pela Liderança Indígena, destaca-se na Constituição Federal o direito à demarcação, bem como os direitos indígenas, encontrados no Título VIII – Da Ordem Social, Cap. III – Dos Índios – Artigos 231 e 232. De fato, apesar das pautas indígenas se fazerem presentes nas discussões político-administrativas do país, ainda assim, não há efetivação dos direitos citados, e, além disso, contamos atualmente, com o risco da retirada da demarcação de terras indígenas da FUNAI, sendo lícito lembrar que esta política atua “[...] através de mecanismos homogeneizadores que produzem a invisibilização de certas parcelas da população, partem da crença [...] que o problema indígena é apenas uma relíquia histórica no Brasil contemporâneo” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 127 *apud* LUSTOSA, 2011, p. 124).

É diante das circunstâncias apresentadas que a invisibilidade da população indígena da Região Metropolitana de Fortaleza se acentua, principalmente pelos conflitos que as envolvem. Os dados referentes à população indígena na RMF (Tabela 1),

¹TREMEMBÉ CORRÊGO DO JOÃO PEREIRA: Centro de documentação indígena, Adelco - Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. Disponível em: <http://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-tremembe-corrego-joao-pereira/>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

² Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

não se apresenta apenas enquanto uma simples quantificação, mas ecoa como forma de resistência atual que justifica sua permanência, mesmo com a não demarcação de suas terras.

Tabela 1 – População indígena cadastrado no SIASI em 2013 por diversos parâmetros de territorialidades indígenas na Região Metropolitana de Fortaleza

POLO BASE	ALDEIA	ETNIA	POPULAÇÃO
Aquiraz	Lagoa da Encantada	Jenipapo-Kanindé	324
Caucaia	Capoeira	Tapeba	821
	Coité	Tapeba	138
	Jandaiguaba	Tapeba	1292
	Japura	Anacé	522
	Jardim do Amor	Jenipapo-Kanindé	1
		Tapeba	521
	Lagoa das Bestas	Tapeba	55
	Lagoa dos Tapebas	Anacé	16
		Tapeba	1258
	Lagoa dos Tapebas I	Tapeba	208
	Lameirão – Caucaia	Tapeba	132
		Anacé	356
	Matões	Tapeba	5
		Tremembé	3
	Ponte	Tapeba	287
	Santa Rosa	Anacé	316
	Tapeba	7	
Sobradinho	Tapeba	69	
Trilho	Anacé	4	
	Tapeba	1416	
Vila Nova – Caucaia	Tapeba	103	
Maracanaú	Aldeia Central	Pitaguary	341
	Aldeia Nova	Pitaguary	240
		Tapeba	6
	Horto	Pitaguary	1109
	Olho Dágua	Pitaguary	909
	Tapeba	8	
Santo Antônio	Pitaguary	184	
São Gonçalo do Amarante	Bolso	Anacé	87

Fonte: SISAI/DSEI / Organização: SOARES, Ilana Maria Braga; BOMTEMPO, Denise Cristina.

Na conjuntura política nacional, este trabalho se apresenta como contrário aos agentes que negam, por intermédio de conflitos, a existência da população indígena no país. Para nós, é necessário e emergente o debate e a realização de pesquisas com intuito de localizá-los, quantificá-los e reconhecê-los enquanto povos originários com potencialidade e direito à permanência e construção de territorialidades. Discorrer sobre a Geografia da população indígena “[...] nos fazem sentir e pensar sobre as potencialidades de usufruto coletivo da terra, da natureza” (MONDARDO, 2022, p. 18.)

O percurso dos Jenipapo-Kanindé no Ceará, é evidentemente traçado por conflitos. Sua localização hoje no litoral de Aquiraz/CE, configura-se, sobretudo como o resultado da resistência de seus povos originários. Dessa forma, parte de sua narrativa histórica se encontra ainda no processo de formação territorial do Ceará, onde naquele período a situação dos indígenas já se encontrava conflituosa, como assevera Pinheiro (2008), “[...] a ocupação da Capitania do Ceará estava consolidada na década de 1720 e a violência contra os povos indígenas foi marcada pelo genocídio, e, também, pelo etnocídio” (p. 53).

Conforme o território cearense era ocupado, os ataques aos povos indígenas que resistiam à dominação das forças, principalmente econômicas, eram crescentes. A “Guerra dos Bárbaros”, que teve início em 1683, foi considerada segundo Taunay (2010, p. 33) como “[...] a maior pugna talvez, havido no Brasil, sem soluções de continuidade, entre brancos e índios”, que teve suas primeiras hostilidades no Rio Grande do Norte, onde a “violência tornou-se crescente à medida que avançava a ocupação” (PINHEIRO, 2008, p. 30).

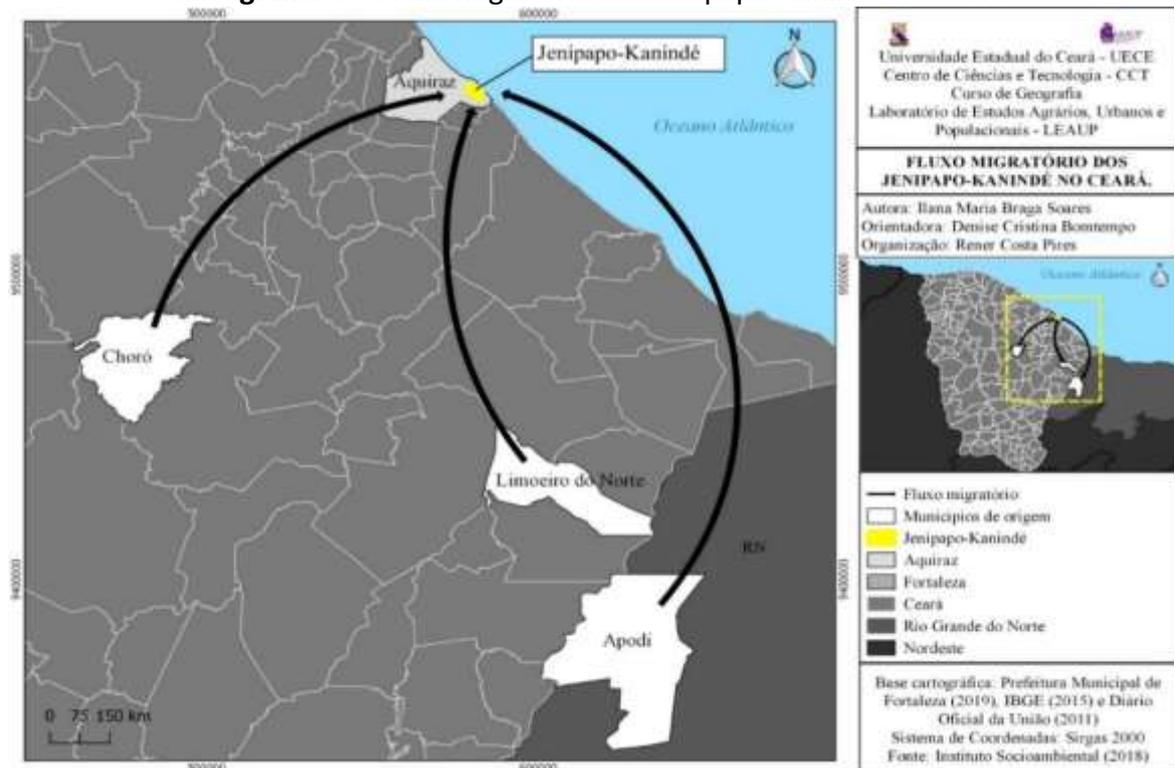
É nesse contexto de narrativas da capitania cearense, que os relatos das barbáries cometidas pelos colonizadores aos povos originários se revelam, sendo um deles fundamental para o embasamento deste trabalho,

Considerando entretanto o mestre-de-campo que, depois de aldeados, seria um maior crime cativá-los, tomara uma resolução bárbara e indigna de cristão. Fingira que queria guerrear os tapuias Caratiús, e chegando à ribeira da “Iguarape”, tinha convidado os “Payacuzes” a que o acompanhassem naquela guerra, mandando-lhes dizer que trouxessem também as suas mulheres e filhos, pois gostaria de os ver. Assim o fizeram os tapuias, a chegando à vista do mestre-do-campo “armarão huma dança”, para no fim o abraçarem como era o costume. Quando o principal tapuia se tinha chegado ao mestre-do-campo para

o abraçar, este disparava contra ele um bacamarte, matando-o, e ao mesmo tempo dispararam todos os outros soldados as suas espingardas, caindo mortos 85 tapuias. Cercando mulheres e crianças, cativaram mais de 200 que logo mandavam vender em Pernambuco, e com este triste grupo se tinham encontrado no caminho o Padre João Guedes” (Sic)³.

Após o massacre descrito, os povos indígenas que sobreviveram, foram obrigados a fazer uma migração forçada do local onde possuíam suas territorialidades formadas para a região hoje conhecida como o município de Aquiraz, conforme o Cartograma 3. Para o percurso, a população foi dividida em grupos que falavam a mesma língua⁴. Os povos dos municípios conhecidos como Jaguaribe, Choró e Apodi formaram o grupo que migrou para Aquiraz.

Cartograma 3 – Fluxo Migratório dos Jenipapo-Kanindé no Ceará



Fonte: ISA – Instituto Socioambiental (2018). Adaptado pelas autoras.

³ Documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará (1618-1832) do Conselho Ultramarino, parcer do Padre João Guedes, missionário da Companhia de Jesus por volta de 1719 (CT; AHU-ACL-CU-017, Cx 1 D 64 *apud* Pinheiro, 2008, p. 48-49)

⁴ Segundo Studart Filho (1965) a língua Tarairiú, contempla os grupos dos Canindé, Paiacu (Baicu, Pacaju), Panati, Jenipapo, Aperiu, Arariú (Irariju, Areuru, Reriu), Camaçu, Janduim (Nhandui, Txocaiana), Jacó, Jenipaboçu, Quitariu, Quixelô, Quixerariu e Tocariu (Tusuriju).

É válido ressaltar que também tiveram povos que migraram para o município de Canindé, que são subdivididos em dois territórios indígenas, os Kanindé de Aratuba e os Kanindé da Gameleira, enquanto os que migraram para Aquiraz, foram conhecidos em meio aos “tapuia do nordeste” como os “cabeludos da Encantada”, embora que hoje se afirmem como os Jenipapo-Kanindé, da Terra Indígena Lagoa da Encantada.

Para corroborar com o resgate histórico pesquisado em livros e documentos, segue o relato,

No passado, os parentes saíram de suas terras porque precisavam continuar vivo, porque eu precisava tá viva hoje, ne. Hoje, as coisa mudaram, eu dou minha vida pelo meu povo, eu morro pelo meu território, já tivemos aqui invasão de posseiro, de grileiro, de empresas querendo botar hotel, já tivemo e temos até hoje a empresa “ali atrás” querendo secar a Encantada, tiram água, sujam a água, dizem que não somos indígenas, e se me mandam sair da minha terra, eu morro mas não saio (Cacique, M. L. C. A, Jenipapo-Kanindé)⁵

O povo Jenipapo-Kanindé, atualmente possui sua terra declarada em 23 de fevereiro de 2010, com a Portaria no Diário Oficial da União publicada em 24 de fevereiro de 2011⁶.

Com seu povo liderado por uma indígena mulher, conhecida por Cacique Pequena, que se intitula enquanto “[...] guardiã da memória, mestre do mundo, mestre da cultura, professora, doutora das matas e tesouro vivo⁷” (Cacique, M. L. C. A, Jenipapo-Kanindé), luta pela demarcação desde a década de 1980, final do período ditatorial do Brasil, período do qual as etnias se sentiam ameaçadas pela política, singular à atual, que dizimava os povos indígenas.

Atualmente, o processo demarcação permanece estagnado. Com 1.731 hectares declarados no Decreto 1.775/8/1/1996, a TI se encontra na teia metropolitana do arranjo de complexo turístico, muito próxima de equipamentos turísticos conhecidos internacionalmente, a exemplo do complexo turístico “Beach Park”, considerado o maior parque aquático do Brasil.

⁵ Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

⁶ DECRETO Nº 1775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996, Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=76&data=24/02/2011>

⁷ Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

É nesse território, lido e quando “uma “arma de luta”, político e catalizador das práticas adotadas pelos movimentos das populações tradicionais em r-existência” (MONDARDO, 2022, p. 14) que as tessituras do turismo maciço no litoral cearense tentam apropriação e o setor industrial de transformação atua com a perspectiva de deslegitimar a identidade indígena para a utilização da água da Lagoa da Encantada. É nessa teia de especulação do território que os Jenipapo-Kanindé estão inseridos.

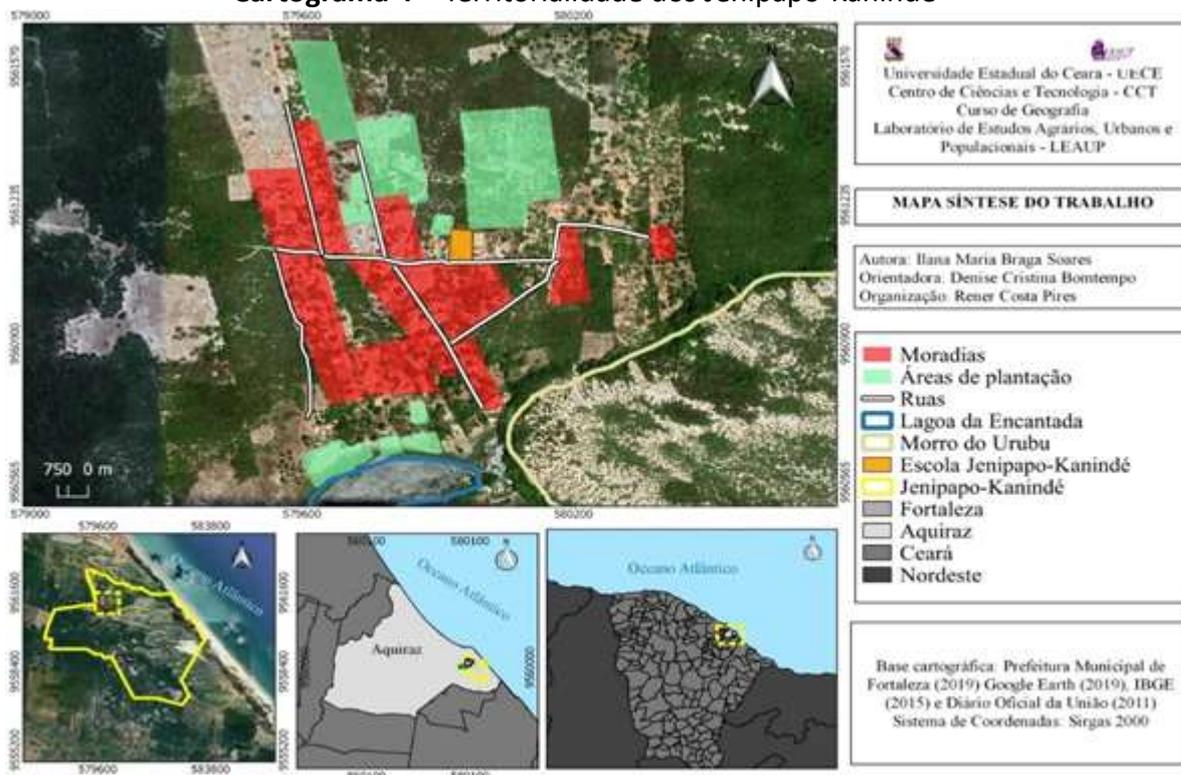
A FORMAÇÃO DE TERRITORIALIDADES DOS JENIPAPO-KANINDÉ NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)

A territorialidade da população indígena Jenipapo-Kanindé construída na Terra Indígena Lagoa da Encantada foi discutida a partir de elementos que contribuem para sua construção, a saber: os espaços de aprendizado, insigne no fortalecimento da identidade indígena em questão; as moradias e os locais sagrados que acontecem atividades culturais que compõem parte do lazer da população local; a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK) responsáveis pelo protagonismo da identidade indígena junto ao turismo comunitário e as atividades econômicas desenvolvidas na TI, como pode ser notado no Cartograma 4.

Como resultante do trabalho de campo, leitura e interpretação de banco de dados e levantamento bibliográfico, tornou-se possível a elaboração deste mapa capaz de compreender a organização territorial da população estudada, sendo considerada a localização de suas moradias, a subdivisão em ruas, os locais de trabalho que configura as áreas de plantação, a educação que consiste na presença de uma escola e os locais de lazer.

A TI Lagoa da Encantada está localizada no município de Aquiraz, que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza e possui uma população de 80.271 (2019). No tocante a este município, é lícito salientar, que é um dos 18 onde é possível constatar a presença de população indígena no Ceará. Na RMF, composta por 19 municípios, apenas 4 destes possuem territórios indígenas, são eles, Maracanaú (Pituary) Caucaia (Anacé e Tapeba), Pacatuba (Pituary) e Aquiraz, os Jenipapo-Kanindé.

Cartograma 4 – Territorialidade dos Jenipapo-Kanindé



Fonte: Trabalho de campo. Jun. 2019. SOARES, Ilana Maria Braga.

Entre os elementos que compõem a territorialidade dos Jenipapo-Kanindé os processos de aprendizagem desenvolvidos na escola da comunidade merecem atenção, pois simbolizam possibilidades de construção de identidades e gestão de conflitos, como pode ser notado no depoimento de uma das pessoas entrevistadas durante os trabalhos de campo:

Estudar em escola de "branco" tinha um preço para os índios da etnia Jenipapo-Kanindé, da Lagoa da Encantada, em Aquiraz. Chamados de fedorentos, preguiçosos, entre outros adjetivos, precisaram ser fortes para enfrentar a discriminação dos colegas e até de alguns professores. Por anos, as crianças da aldeia só tinham uma opção: frequentar a escolinha mantida pela Associação Beneficente Elcira Gurgel⁸.

Como parte da territorialidade dos Jenipapo-Kanindé, a educação indígena é, sobretudo, parte da luta da manutenção de seu território na Região Metropolitana de Fortaleza. A reportagem jornalística, retirada do *Diário do Nordeste*, apresenta a realidade vivenciada nos territórios indígenas que não possuem em sua organização

⁸Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

territorial a presença de um sistema diferencial de ensino que contemple, para além dos conteúdos didáticos e pedagógicos, o respeito, preservação e fortalecimento da identidade indígena.

Essa realidade se encontra presente em todo o estado do Ceará, com apenas 38 escolas indígenas estaduais e 4 escolas municipais, que não suprem a necessidade dos territórios indígenas na continuidade de sua cultura, embora seja assegurado por lei a sua existência,

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007⁹.

Apesar de estarem garantidas por lei, o funcionamento das escolas, assim como a demarcação dos territórios indígenas, não é realizada sem conflitos. A Escola Diferencial de Ensino Fundamental e Médio Jenipapo-Kanindé, localizada na TI Lagoa da Encantada, foi inaugurada no ano de 2009, ainda no Governo Cid Gomes, resultante da necessidade e persistência da garantia de um ensino diferencial na aldeia. Sua construção, fato que deveria ser comemorado visto à importância de sua existência como garantia de uma identidade indígena, logo, também, de seu território, passou por problemas estruturais que consideramos intencionais do ponto de vista do atraso e de sua construção em um território indígena,

Quando chegaram aqui pra construir a escola, meu povo nunca ficou tão feliz, finalmente a gente teria uma escola nossa que fosse diferente das escola dos “brancos”, tinha muita criança aqui que sofria preconceito, algumas nem diziam que eram índios pra não terem que ser chamada de bicho. Foi depois de muita luta e insistência nossa, minha mãe (liderança da aldeia) foi até em Brasília pedir essa escola pro nosso território, quando conseguimos, teve que ser construída duas vezes. Construíram uma vez, o governo tinha mandado material podre, as colunas não tinham qualidade, já estava de pé a construção, quando veio a ordem pra demolir tudo, o entulho era tão grande que

⁹EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. **Secretária de Educação do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-escolar-indigena/>. Acesso: 9 de setembro de 2019.

foi aterrado e construído uma quadra de futebol em cima, veio homem de novo pra construir, com material novo, ai construíram. Minha mãe (liderança da aldeia) terminou o ensino médio dela em 2018 na nossa escola, toda semana “dançemo” o toré com as criança, pra entenderem a importância de nossas raízes.¹⁰

A escola funciona com aproximadamente 75 alunos apenas do ensino fundamental, embora seja também de ensino médio. A direção é de responsabilidade de J.A, filha da atual cacique e futura cacique da aldeia, os professores, alguns de origem indígena, são formados em licenciatura indígena. Em específico a disciplina de Geografia não utiliza o livro didático oferecido pelo Governo do Estado do Ceará por conta do distanciamento linguístico e dos conteúdos dos livros que não contemplam a realidade de um território indígena. É feito, desse modo, a utilização de livros construídos por eles, segundo relatos locais.

Figura 1 - A Escola Diferencial de Ensino Fundamental e Médio Jenipapo-Kanindé



Fonte: SOARES, Ilana Maria Braga / Pesquisa em campo, jun. 2019.

As particularidades da escola, observadas prioritariamente pela não existência de muros ao seu redor, grades nas portas, formato circular que referencia o toré, ritual de espiritualidade dos povos indígenas cujo seus antepassados – encantados – se fazem presentes no fortalecimento da ancestralidade, fazem com que as diferenças de uma

¹⁰Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

escola regular, denominada enquanto “escola de branco” sejam visíveis e materializadas na paisagem.

As práticas educacionais construídas na TI Lagoa da Encantada é exemplo de estratégia de construção de identidade frente à um território conflitivo permeado por agentes com projetos de poder divergentes daquele almejado pela comunidade da TI investigada, por isso, garantir os limites da TI enquanto território são importantes não somente para delimitar, mas manifestar uma forma de poder, materializada nas territorialidades cotidianamente experienciadas.

Enquanto parte da territorialidade dos Jenipapo-Kanindé da TI Lagoa da Encantada, destacamos a moradia e os locais que acontecem as manifestações culturais que podem se configurar, também como lazer desta população.

Ao fazer a pesquisa exploratória, observando a construção de moradias da população residente, é possível observar que o padrão das casas não segue um estilo de construção tradicional – casa de Taipa. Essas, quando aparecem na TI são testemunhos materializados na paisagem de um modo de vida construído também pelo habitar dos antepassados que ali viviam.

Dessa forma, podemos afirmar que a configuração das moradias é um processo contínuo de organização passíveis à mudanças. As casas construídas de alvenaria remetem ao resultado da localidade da TI na RMF, paralelamente a isso, notadamente os veículos também fazem parte desses traços urbanos presentes na aldeia.

Figuras 2 e 3 – Casas da TI Lagoa da Encantada



Fonte: SOARES, Ilana Maria Braga. Pesquisa em campo, jun, 2019.

Ao conhecer a Aldeia, podemos observar rugosidades em diversos locais. Esses resquícios do modo tradicional de vida dos Jenipapo-Kanindé anterior no tempo, ainda estão presentes em uma dimensão materializada na paisagem. Para além dessa dialética espaço-tempo, consideramos também enquanto uma contradição da urbanização que prioriza homogeneizar os modos de vida, principalmente em meio ao ambiente metropolitano.

E como pontua a liderança local, “[...] é nesse canto que tão nossos antepassados, nossa memória fica na mata, nossos Encantado ficam na lagoa, natureza é nossa mãe e com mãe ninguém que se mete (Cacique, M. L. A. C, Jenipapo-Kanindé).

Figura 4 – Moradias da TI Lagoa da Encantada

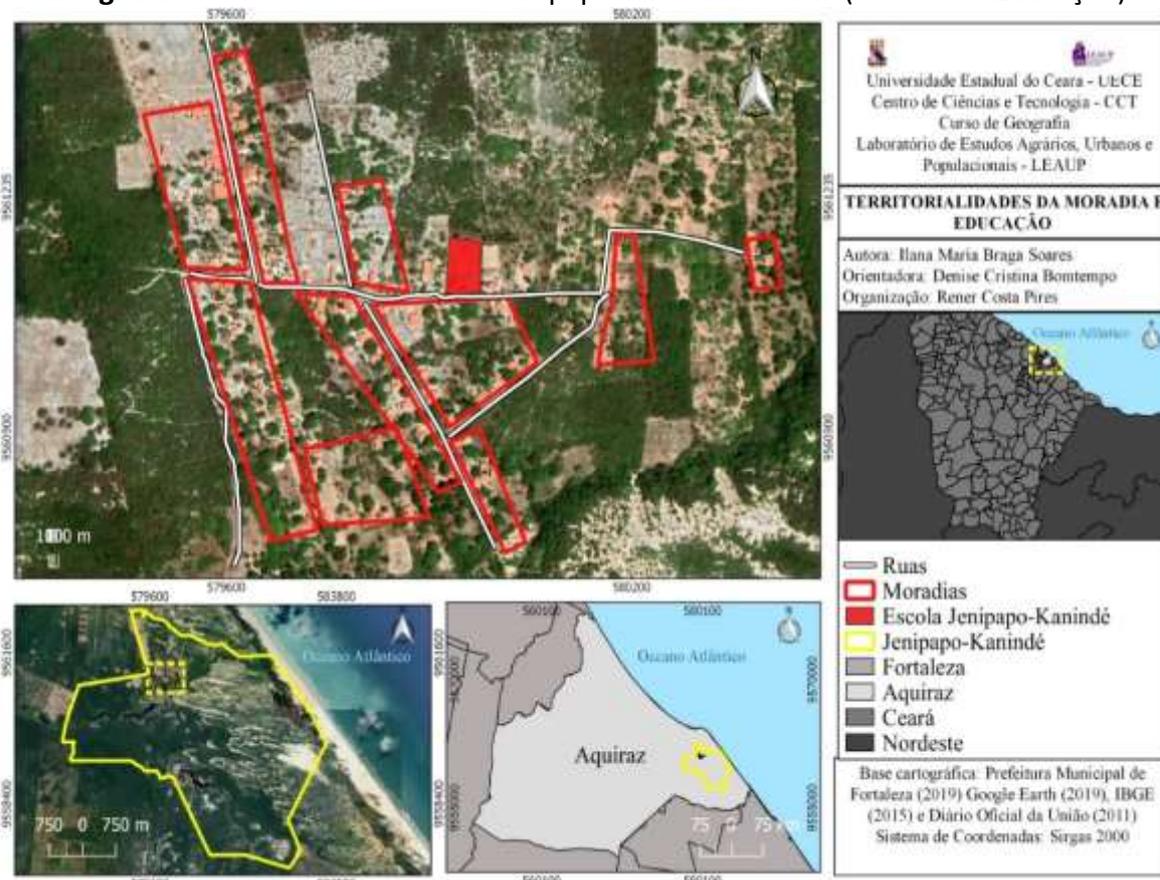


Fonte: SOARES, Ilana Maria Braga / Pesquisa em campo, jun. 2019.

Na figura 4, esses traços urbanos presentes nas moradias são visíveis. Ao lado direito podemos perceber uma moradia construída diferente dos estereótipos criados, que em aldeias indígenas há o predomínio de ocas e casas de taipa, ao fundo casas com as mesmas características, a esquerda uma moradia em construção e a existência de organização por ruas aos moldes de áreas urbanas. Dessa forma, a partir dessas tessituras observadas é que fizemos um mapeamento das áreas de moradias, a localização da Escola Indígena e também das ruas das quais foram identificamos no

território indígena, constatamos a organização da territorialidade em alguns parâmetros, como apresentado no Cartograma 5.

Cartograma 5 – Territorialidade dos Jenipapo-Kanindé na RMF (Moradia e Educação)



Fonte: Trabalho de campo. Jun. 2019. SOARES, Ilana Maria Braga.

Como mencionado, ao fazer a análise do sistema de ensino, a organização das moradias segue o mesmo padrão arquitetônico, sem muros, mas havendo apenas a delimitação por cercas. Desse modo, sobre as moradias, moradores locais ainda destacam,

Há um tempo atrás, nossas casas eram de barro, de taipa, eram construídas próximo a casa do Tio Odorico (antiga liderança da aldeia), como era todo mundo família, a gente morava tudo perto, tanto para se sentir seguro, como pra ficar próximo as áreas que a gente plantava. (Morador da TI Lagoa da Encantada, M. J) ¹¹

E como assevera outro entrevistado,

Mesmo depois que construímos nossas atuais casas, os mestres da

¹¹Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

cultura, como falamos aqui, as pessoas mais velhas, sempre tiveram o apego com as antigas casas feitas de barro, por isso que mesmo com a casa de alvenaria, tem muita gente que ainda possui as antigas casas no fundo, não derrubamos uma pra ser construída outra, deixamos em pé a antiga pra preservar nossa memória (Morador da TI Lagoa da Encantada, E.A)¹².

Destacamos ainda a partir dos exemplos empíricos, que as moradias possuem o seguinte padrão: as casas têm de 3 a 4 cômodos possuindo amplas áreas livres delimitadas por cercas, divididas por famílias. A quantidade de casas equivale ao número de famílias residentes na aldeia.

Cabe destacar ainda que os residentes do local, seja pelo acesso a educação, trabalho e lazer possuem suas territorialidades formadas naquele território, estando apenas alguns moradores realizando atividades próximas a TI na praia Iguape e na área central de Aquiraz, conforme depoimento,

Muitos de nosso povo sai daqui pra trabalhar fora, mas com pouco tempo voltam, não ficam muito tempo fora da aldeia, até porque aqui nosso povo tem tudo que precisa, tinham uma época, antes de construírem a escola, que muita gente saia pra trabalhar fora também, mas agora, o vigia da escola é do nosso povo, o segurança também, diretora também, a gente sai quando é pra resolver algum problema, por exemplo, a ótica de óculos que nos utiliza é lá em Pindoretama, quando tem algum problema de saúde, temos o CRAS, tem também esse posto de saúde também, tudo com a conquista da Pequena (Cacique Pequena) pra cá (Morador da TI Lagoa da Encantada, L. C).

Ademais, compondo parte das territorialidades, as atividades culturais realizadas ao longo do ano com o intuito reunir a população indígena então estudada, fazendo parte das práticas de lazer e cultural da aldeia, algumas manifestações culturais são realizadas ao longo do ano, sendo uma das principais, a Festa do Marco Vivo de Yburana, realizada no mês de abril, mês do qual é conhecido como abril vermelho por representar o mês da visibilidade indígena, além de se configurar enquanto uma reafirmação da identidade indígena.

Um dos exemplos empíricos vivenciados também é a Festa do Mocororó, realizada em todo mês de novembro, conhecida por ser uma bebida feita através do caju azedo, ingerida durante o ritual do toré, seu significado se dar pela comemoração das

¹²Idem.

boas safras do ano assim como o encerramento da época do caju, que se inicia sua produção ainda no mês de agosto. Sua realização, assim como a festa do Marco Vivo, também é efetuada nas “Mangueiras do Tio Odorico”, mostradas na Figura 5.

Figura 5 – Local das práticas de lazer e atividades culturais



Fonte: Própria autora. Pesquisa em campo, jun. 2019.

Entre as práticas de lazer realizadas na TI Lagoa da Encantada também se destaca as trilhas ecológicas. Essa atividade faz parte da programação do projeto de turismo comunitário e tem como objetivo vivenciar a paisagem e a partir da prática, resgatar as histórias místicas sobre os antepassados e a origem dos Jenipapo-Kanindé. O caminho da trilha é bem diverso, mas dois pontos merecem destaque, a subida ao Morro do Urubu e a Lagoa da Encantada. Nesses locais, são realizados s rituais sagrados da comunidade, com destaque para um ponto específico que possui um monumento “[...] uma igreja revestida de areia, e uma cidade revestida de água” (Cacique, M. L. C. A, Jenipapo-Kanindé)¹³.

A Lagoa da Encantada e o Morro do Urubu, são lugares conhecidos pela presença de ancestralidades da aldeia. Eram nesses locais sagrados, que se avistavam segundo alguns relatos, os encantados revestidos de brilhos protegendo o local. É válido ressaltar que os encantados para os indígenas locais, são seres que se transformaram na

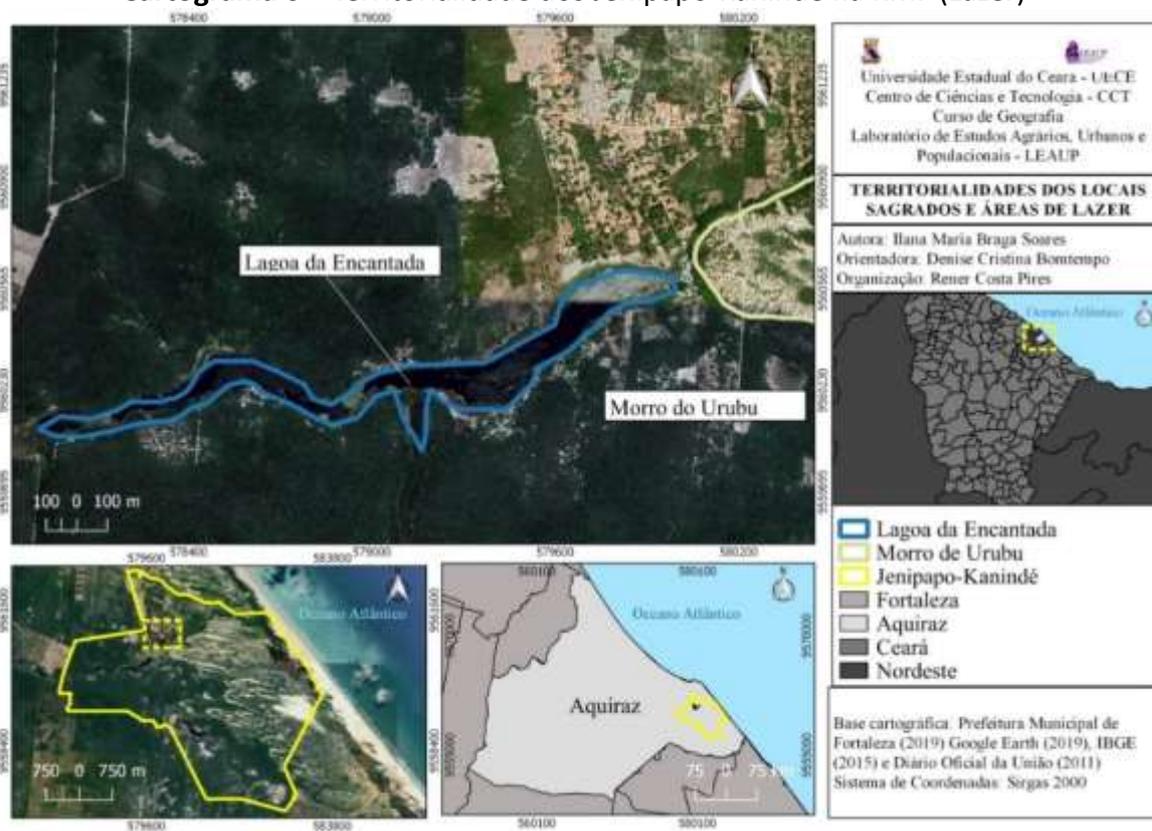
¹³ Dados coletados em trabalho de campo a partir de entrevista realizada. Aquiraz/Ceará, Terra Indígena Lagoa da Encantada.

dimensão da natureza e que possuem poder de cura, esses locais são representados no mapa da territorialidade relacionada ao lazer.

Na comunidade, notamos também a existência de um Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, criado para preservar a memória, já que conta com um acervo e exposições permanentes que apresentam a cultura e história de seu povo.

Constatamos a partir das experiências empíricas, que a cultura é atrelada aos espaços de lazer da população Jenipapo-Kanindé.

Cartograma 6 – Territorialidade dos Jenipapo-Kanindé na RMF (Lazer)



Fonte: Trabalho de campo. Jun. 2019. SOARES, Ilana Maria Braga.

Associação das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK)

As territorialidades dos Jenipapo-Kanindé também são destacadas pela criação de associações responsáveis por ações internas e externas ao território. Um desses exemplos é o Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé, instância responsável pela organização deliberativa interna, cuja importância é insigne para a realização de atividades na aldeia. O Grupo de Jovens Jenipapo-Kanindé, importantes para a

socialização com demais etnias no estado do Ceará e a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK), responsáveis por ações integrativas de fortalecimento da identidade indígena da aldeia.

Além disso, a Associação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE) também exerce um papel importante na construção do protagonismo da mulher dentro e fora das aldeias, estando as indígenas dos Jenipapo-Kanindé com um importante papel nesse cenário, haja vista possuir uma cacique e principais liderança mulheres. No ano de 2022, a Caravana de Mulheres Indígenas do Brasil, promovida pela Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidades (AMNIGA) teve sua primeira atividade desenvolvida na Terra Indígena Lagoa da Encantada, ecoando e fortalecendo as vozes das mulheres em uma escala local, estadual e nacional.

Economia e trabalho da TI Lagoa da Encantada

No tocante ao trabalho desenvolvido pelos integrantes da comunidade, identificamos uma população com sua estrutura de base essencialmente agrícola. Diante da situação geográfica da terra indígena, ter na prática agrícola familiar a base para manutenção da população é uma estratégia de resistência, pois a comunidade está situada em meio a um arranjo urbano de especulação imobiliária de alto valor no mercado turístico e também industrial, fundamentada na agricultura em larga escala e também de subsistência, esse fato se dar de acordo com Pequeno e Elias (2013),

Neste contexto, verificamos ainda o que afirma Bomtempo (2019, p. 24) “[...] as cidades cearenses existem territorialidades múltiplas que se materializam na paisagem de acordo com cada perfil econômico e cultural”. O perfil econômico do nosso objeto empírico de análise se configura prioritariamente ao plantio de mandioca; milho; feijão e da pesca. Destacamos também atividades desenvolvidas como fonte de renda: artesanato indígena desenvolvido por mulheres indígenas e trabalho indígena no turismo comunitário.

Desta forma, verificamos as principais territorialidades nos locais de trabalho, sendo as áreas de plantação com maior destaque, conforme o mapa 7. A produção agrícola garante a manutenção alimentar das famílias residentes e o excedente é

comercializado, conforme depoimento de uma das pessoas entrevistadas.

A gente faz acontecer essa plantação de mandioca, demora muito, as mulheres daqui depois que nois leva pra elas pra fazerem a farinha, vem gente lá do Iguape, e de mercadinho aqui perto, que dão R\$ 60 real pela saca de 60 kg de farinha, a gente tira só mesmo o de comer e o que gastamo na plantação. (Agricultor da TI Lagoa da Encantada, Sr. C).

A produção de mandioca é uma das principais fontes de renda da população local. A organização do trabalho é realizada de modo que os homens são responsáveis pela plantação e as mulheres pela produção da farinha e da preparação da mandioca, como salientado com a Figura 6.

Figura 6 – Trabalho de mulheres indígenas



Fonte: SOARES, Ilana Maria Braga. Pesquisa em campo. Jun. 2019.

Segundo a a entrevista realizada foi possível notar que as áreas de plantações possuem rotatividade de agricultura, sendo motivadas pelo cuidado com o solo, visto ser uma área litorânea cercada por dunas, e, também pelo fator climático que influencia diretamente a produtividade agrícola feita sem a utilização dos chamados “defensivos agrícolas”, agrotóxicos, dessa forma, é realizado um revezamento que possibilite a cada 5 anos a rotação no solo de determinada agricultura, ou seja, atualmente uma área de 100 m é realizado a plantação de mandioca, em 5 anos nessa mesma área será realizada a plantação de milho e assim sucessivamente.

Cabe o destaque que essas técnicas utilizadas na agricultura não são de bases científicas, mas de anos de conhecimento do solo e da vegetação local, um desses exemplos é a realização de duas agriculturas realizadas na mesma área de plantação, como podemos observar na Figura 7, ao fundo destacado com uma altura maior, a plantação de feijão, e a frente, a plantação de milho, ambas as agriculturas que não possuem a necessidade imensa de água para irrigação, e ao redor um expressivo número de árvores de grande porte demonstrando a fertilidade do solo, e logo, a confirmação de que este solo é possível à realização de duas agriculturas.

Figura 7 – Área de plantação de milho e feijão



Fonte: SOARES, Ilana Maria Braga. Pesquisa em campo, jun. 2019.

Além disso, nem todas as áreas de plantação são realizadas no mesmo local.

Diversos fatores contribuem para isso, como coletado em entrevista. Diferente dos chamados “quintais produtivos” e da agricultura de subsistência, dentro da configuração da TI notamos a configuração de “circuitos de produção interna” no que concerne à plantação, colheita, preparação e o consumo feito no território.

A partir do terceiro exemplo empírico, afirmamos que a utilização do território, por mais que não se tenha o conhecimento científico, foram organizados de maneira intencional de acordo com o que se objetiva produzir, como destacamos as áreas de plantação no mapa 7, que se configuram, sobretudo como os locais de trabalho.

Cartograma 7 – Territorialidade dos Jenipapo-Kanindé na RMF (Trabalho)



Fonte: Trabalho de campo. Jun. 2019. SOARES, Ilana Maria Braga.

Embora pelo fato de encontrarem alguns problemas na produção, evidenciamos dois principais, sendo o primeiro deles, a produção de farinha, também para o mercado externo, em que fora construído pelo Governo do Estado do Ceará, com apoio do Banco Mundial a “Casa de farinha Jenipapo-Kanindé”, como podemos apresentar na Figura 8, a casa de farinha que seria um dos principais locais de trabalho, visto a existência de máquinas elétricas que possibilitariam a produção da farinha em larga escala e anularia

o exaustivo trabalho manual, foi construída sem fiação elétrica que impede o seu funcionamento.

Outro problema que apresentamos envolve também a mandioca, nesse caso como observado na Figura 9, acontece em sua produção, que, cabe destacar, com a presença de animais selvagens na aldeia, como por exemplo, a capivara, a plantação de mandioca é destruída por este animal, que aparece próximo a épocas de colheita e que irreversivelmente não viabiliza o aproveitamento da mandioca.

Figura 8 e 9 – Casa de Farinha Jenipapo-Kanindé e plantação de mandioca



Fonte: Própria autora. Pesquisa em campo, fev. 2019.

Ainda no que concerne às intencionalidades da utilização de áreas que proporcionam melhor produção de determinados tipos de agricultura, com entrevistas realizadas no local, podemos identificar que a relação do indígena com a terra é fundamental nesse processo.

Essas áreas de produção de hortaliças, compõe também parte do trabalho desenvolvido, com uma área menor, possui sua configuração semelhante a agricultura familiar, com técnicas simples que proporcionam melhores condições de colheita.

Figura 10 e 11 – Plantações de hortaliças próximas à Lagoa da Encantada



Fonte: Própria autora. Pesquisa em campo, jun. 2019.

Outros trabalhos são desenvolvidos, mas com menores proporções, entre eles o artesanato elaborado por mulheres indígenas, a pesca na Lagoa da Encantada e do Tapuiu, o turismo comunitário que conta com o Museu Indígena e a Pousada Indígena que cobram um pacote que conta com a realização de trilhas, e os trabalhos realizados em instituições, como o CRAS e a Escola indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da leitura da população indígena Jenipapo-Kanindé na Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, verificamos que a dinâmica territorial está atrelada à ação de múltiplos agentes que atuam de maneira contraditória para garantir seus interesses.

Ao analisar o perfil populacional dos Jenipapo-Kanindé, verificamos que se trata de um grupo com tendência ao crescimento populacional. Este fato ocorre, sobretudo pela luta dos povos indígenas cearenses por políticas públicas advindas do Governo do Estado que possibilitaram em seus territórios escolas, postos de saúde, incentivos a economia local, como no caso dos Jenipapo-Kanindé, a construção da Casa de Farinha Indígena e a Escola, ou seja, condições para permanência na terra indígena, sinônimo de continuidade da identidade construída pelo grupo na Terra Indígena – enquanto um território.

Em relação às territorialidades construídas a partir do espaço de vivência, verificamos que as residências da população indígena estão localizadas em proximidade às áreas de plantação. Construídas de alvenaria, divididas por famílias e organizadas em ruas, a semelhança com os traços urbanos é evidente, embora que a presença de rugosidades diferencie as particularidades de um território indígena.

Já em relação ao lazer, notamos que se vincula diretamente à cultura local, realizada periodicamente em abril e novembro em locais específicos, e também com a relação com algumas áreas principais, sendo estas o Morro do Urubu, destino de trilha ecológica exercida pelo turismo comunitário e a Lagoa da Encantada, repleta de histórias místicas e ancestralidades.

No que concerne às Associações presentes na aldeia, há o destaque para a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé – AMIJK, no qual constatamos que possui maior relevância e espaços de convivências dentro e fora da TI, possuindo sua relevância também na organização populacional, sendo esta composta e protagonizada essencialmente por mulheres indígenas.

Para além disso, foi identificado a organização econômica formada, sobretudo pela agricultura, principalmente na plantação de mandioca, feijão e milho, em áreas delimitadas por cercas e sobre a responsabilidade dividida por família e/ou por moradores próximos as áreas de plantação que possuem a rotatividade da agricultura a cada 5 anos, tendo outras fontes primarias de renda, mas que vale o destaque, sendo estas o artesanato, a pesca, trabalhos na escola, CRAS indígena e no Museu Indígena.

Desse modo, a partir dos resultados obtidos é possível afirmar que a territorialidade da população indígena Jenipapo-Kanindé se manifesta enquanto resistência. Para continuar existindo enquanto um grupo étnico que reconstrói seu território no movimento e produz territorialidades na permanência, realizam práticas cotidianas coletivas que perpassam pelas territorialidades vinculadas à moradia, às manifestações culturais, à metodologia educacional construída pelos sujeitos envolvidos no território e atividades econômicas que permitem a reprodução dos sujeitos neste ambiente de conflito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-26, 2019.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo finais instaladas na cidade de Marília – SP**. 2011. 455f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista " Júlio Mesquita Filho" Presidente Prudente, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tendências Demográficas: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Indicadores econômicos do Ceará 2017**. Ceará, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores_Economicos_2013_a_2017.pdf. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro. Em defesa dos territórios indígenas no Brasil: direitos, demarcações e retomadas. **Geosp**, v. 26, n. 1, e-176224, abr. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/176224>. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.176224>.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.). **Ensaio em Antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED, 1999. p. 124-151. apud. LUSTOSA, Isis Maria Cunha. **Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Trajetórias e memórias de negros migrantes**. Travessia. São Paulo, v. 32, p. 14-16, 1998.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO *et al.* (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio. O Conceito de território no Brasil: Entre o urbano o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38,

v.2, p.84-112, ago/dez 2016.

Denise Cristina Bomtempo – Professora e Pesquisadora dos cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará/Fortaleza. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários, Urbanos e Populacionais (LEAUP) e do Programa de Extensão Universitária “Vidas Cruzadas: migração, saberes e práticas”. Pós-doutora pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne e Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-UNESP/Presidente Prudente/SP e Graduada em Geografia (Licenciatura) pela mesma Universidade.

Ilana Maria Braga Soares – Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários, Urbanos e Populacionais (LEAUP). Professora da Rede de Educação Básica Municipal de Fortaleza. Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2022.

Publicado em 14 de fevereiro de 2023.